

Campos evita aprovação de projeto sobre negociação da dívida *Externa*

“Ele foi meu funcionário, mas não aprendeu nada de dívida externa”, disse ontem, em Brasília, o líder do PDS no Senado, Roberto Campos (MT), referindo-se ao negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster. Roberto Campos retornou de viagem aos Estados Unidos a tempo de evitar que o Senado votasse o projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos, aprovando as negociações da dívida externa conduzidas pelo governo. Para o senador, o projeto “é inconstitucional e contém vários absurdos”.

O senador foi para o plenário anunciando que faria um discurso fulminando o projeto. Mas não precisou falar. O senador Ney Maranhão (PRN-PE), em exercício na liderança do governo, trabalhou rápido e, com a aquiescência de representantes de dois terços do Senado, conseguiu retirar o projeto da pauta, adiando a decisão para o dia 21 de novembro. Até lá, com a volta do seu relator, Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) - em viagem também aos Estados Unidos - espera-se que o projeto seja revisto.

Não será fácil, porém, fazê-lo aceitável pelo líder do PDS. Com a autoridade, por ele lembrada, de quem “já negociou três dívidas externas”, Roberto Campos acha que o projeto de resolução foi fruto da inexperiência dos senadores nesse assunto. “O Senado - disse - está querendo ir além de suas atribuições. Quer examinar cada contrato. Não há a menor condição. Se um projeto de lei tão importante como o que regula a cobrança do ISS está há quase um ano aguardando votação, como é que o Senado vai examinar complexos contratos da dívida externa? Cada um deles é um calhamaço, recheado de termos técnicos.”

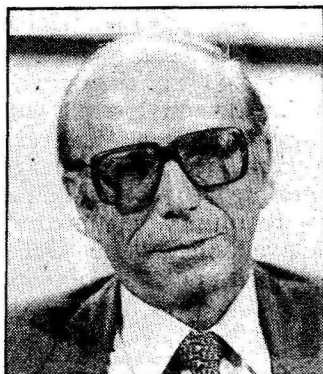
Outra Brasília

O senador considera inconstitucional o projeto por tentar submeter à apreciação do Senado obrigações já contratadas e que não previram essa interferência. Acha que o projeto - e aí sua crítica alcança a proposta

brasileira aos credores estrangeiros - proclama uma “obviedade”, ao dizer que o Brasil só pagará o que pode, e uma “tolice”, ao estabelecer que a ele próprio cabe definir isso.

“O credor - assinalou - diz que só vai pagar com as sobras e ele mesmo é quem vai dizer se sobrou alguma coisa. Se o Brasil resolve construir outra Brasília não sobrar nada e não se pagará nada. Isso é um absurdo”.

No entender do senador, o projeto de resolução, longe de reforçar a posição brasileira nas negociações com os credores, seria um incentivo a uma confrontação, “desaconselhável e totalmente desnecessária”. Desnecessária, na sua opinião, porque “há boa vontade da parte dos credores para se encontrar uma solução”. O que o Brasil



Arquivo/AE

Para Campos, Dauster nada sabe de dívida externa.

não pode fazer é fugir dos padrões de negociação. “Eu não começaria uma negociação por essa forma”, disse, referindo-se à proposta brasileira. “Há parâmetros nas negociações feitas por outros países que já representam um consenso internacional. O Brasil não pode seguir caminho muito diferente”.

Para o senador, o projeto de resolução foge dos principais objetivos da negociação, que são os de restaurar a confiabilidade do Brasil, atrair investimentos estrangeiros, propiciar a abertura de novos créditos e fazer a repatriação de capitais brasileiros. “Todos, por sinal, são instrumentos de pagamento da dívida externa, e não somente o resultado das exportações.